



Manejo de água de chuva

Conheça o caso de Portland, cidade norte-americana que estabeleceu incentivos fiscais para moradores colaborarem com a redução de picos de vazão e a ampliação de áreas permeáveis

Enchentes e secas parecem paradoxalmente coexistir com maior frequência nos centros urbanos de todo o planeta. Isto porque são reforçadas por um ciclo vicioso de implantação de infraestrutura urbana de manejo de água que ignora o ciclo hidrológico natural. O serviço de manejo de água de chuva, até então encarado mais do ponto de vista da drenagem, ou seja, da capacidade de remover água das vias da forma mais rápida possível, junto a uma expansão da impermeabilização e perda de áreas verdes, é um dos grandes responsáveis pela situação.



MARCELO SCANDAROLI

As cerca de 500 iniciativas até então implantadas são responsáveis por reduzir os picos de cheia em 85%, o volume escoado em 60% e a poluição difusa em 90%

Mas para impedir a concentração de volumes cada vez maiores de escoamento superficial e pôr fim ao ciclo de desidratação da paisagem urbana (*conforme descrito em quadro à parte*), é necessário atuar o mais próximo possível da “fonte”,

ou seja, dos pontos onde a água de chuva é efetivamente captada – sejam coberturas, pisos, jardins ou vias –, lançando mão de elementos que viabilizam a redução dos picos de vazão de cheia, responsáveis pela ocorrência de enchentes nos centros urbanos.

Um pequeno e limitado embrião desta forma de atuar está na conhecida “lei das piscininhas”, adotada em São Paulo, e que estabelece a obrigatoriedade de armazenar um volume de água de chuva proporcional à área impermeabilizada, para toda nova construção em terreno com área impermeabilizada superior a 500 m².

Nesta abordagem de aproximação à fonte, há a necessidade de se intervir na escala do lote, de educar os cidadãos sobre a importância das intervenções em cada propriedade a fim de salvaguardar a saúde de bacias hidrográficas, cidades e da água nossa de cada dia, o que resulta diretamente em incrementos para a saúde de seus moradores. A relação causa-efeito não sendo direta exige doses maciças de educação, que

passam a ter, em projetos demonstrativos, exemplos claros de sua importância. Escolas e edifícios públicos, por exemplo, passam a utilizar sua estrutura como espaço educador.

Grandes centros urbanos, com seus poucos espaços livres para grandes obras, têm nessa abordagem uma facilitação para resolução, uma vez que, quanto mais distante da fonte, maiores são os volumes e mais complexas, custosas e limitadas passam a ser as soluções de grande porte.

As soluções podem parecer complexas, mas com a crescente urbanização do País, que hoje conta com quase 85% de sua população vivendo em áreas urbanas, aumenta a relevância de se rediscutir e reestruturar o modelo até então adotado, e analisar experiências que deixam o âmbito da discussão para serem aplicadas em larga escala, como na cidade de Portland, nos EUA.

A experiência de Portland

Localizada ao noroeste do EUA, no Estado de Oregon, com uma população próxima a 600 mil habitantes e precipitação média de cerca de 1.000 mm/ano, Portland ousou iniciar suas intervenções com incentivos fiscais para estimular ações em lotes ocupados por moradias e edifícios comerciais privados.

Em 1993, focada em intervenções que gerassem melhoria significativa aos principais rios da cidade – o Willamette e o Columbia –, a prefeitura passou a pagar a quantia de US\$ 53 a cada morador de uma região específica no entorno dos rios que se dispusesse a redirecionar a água gerada pela cobertura de suas residências para áreas permeáveis de seus jardins (Downspout Disconnection Program), com a opção de oferecer gratuitamente o serviço a quem o solicitasse. O impacto dessa ação isolada rende, conforme dados atuais, o redirecionamento anual de cerca de cinco milhões de metros cúbicos por ano das galerias para os lençóis freáticos, aumentando ainda o número de áreas verdes.

A experiência seguiu no ano 2000 com a adoção do plano de Recompensa por Rios Limpos (Clean

